

A CONTRIBUIÇÃO DA FENOMENOLOGIA NOS PROCESSOS DE INTERVENÇÃO URBANA EM OCUPAÇÕES IRREGULARES

Helena Midori Kashiwagi¹

RESUMO: Este trabalho busca, por meio da visão interdisciplinar, analisar as ocupações irregulares para uma melhor compreensão dessa nova tendência de urbanização da cidade, na qual, o planejamento urbano tem investigado alternativas e soluções para tal. Entretanto, a complexidade de intervenção nessas áreas, nem sempre bem sucedida, levou-nos a encontrar novas abordagens para a análise do espaço urbano. A área estudada, denominada Favela do Parolin, foi submetida a algumas intervenções, as quais ao longo de quase 50 anos, não impediram o seu crescimento, o qual, segundo o último Censo do IBGE (2000), aponta para 4.779 habitantes. Assim, sob o enfoque da Geografia Humanística, abordou-se o espaço da área de estudo por meio do aporte teórico-metodológico da Fenomenologia. Neste contexto, adentrou-se numa visão mais humanizada do planejamento urbano, na qual, a associação da leitura dos fenômenos cognitivos, afetivos e sociais permitiu-nos perceber os espaços enquanto lugares, desvendando novas leituras e análises do espaço urbano. Esta pesquisa, ao percorrer os caminhos da interdisciplinaridade, promoveu a contribuição da geografia em sua vertente fenomenológica ao planejamento urbano; cuja interação, mostrou-se conveniente aos estudos das ocupações irregulares, ao identificar os valores dos elementos urbanos por meio das vivências.

Palavras-chave: Fenomenologia, planejamento urbano, interdisciplinaridade, ocupações irregulares.

THE CONTRIBUTION OF PHENOMENOLOGY TO THE URBAN INTERVENTION IN IRREGULAR LAND OCCUPATION

ABSTRACT: This paper aims to analyze the illegal land occupation for a better comprehension of this new urbanization tendency in an interdisciplinary way, so that urban planning has been investigating alternatives and solutions for this issue. However, the complexity of intervention in such areas, hardly ever successfully done, leads us to new approaches to analyze the urban space. The studied area, called Favela do Parolin, was submitted to some interventions which didn't stop its growing along almost 50 years, reaching 4,779 inhabitants the last IBGE Census (2000). So, under the Humanistic Geography focus, it was seen the space of the studied area through the Phenomenology theoretic-methodological approach. In this context, this work goes in a most humanized urban plan view in which the association of the reading of cognitive, emotional and social phenomena allows us to realize the spaces as places, finding out a new reading and analysis of the urban space. This research, going deep through the interdisciplinary way, promoted the Geography contribution to the urban planning Phenomenology branch, whose interaction showed suitable to the irregular land occupation studies when it identified the urban values elements by experience.

Keywords: Phenomenology, urban planning, interdisciplinarity, irregular land occupation.

¹ Professora de Planejamento Urbano e Arquitetura da Universidade Federal do Paraná – Campus Litoral e Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. E-mail: helenamidori@ufpr.br

INTRODUÇÃO

O presente artigo busca dentro de uma visão interdisciplinar discutir a contribuição de outros campos de saberes no processo de intervenção urbana em ocupações irregulares, com o intuito de desvendar as relações espaciais simbólicas impressas pelos valores e sentimentos, redirecionando a abordagem do espaço em direção ao conceito de espaço vivido, lugar e território. A busca pelo olhar interdisciplinar da paisagem surgiu da necessidade de se compreender os constantes insucessos nos processos de intervenção urbana nessas ocupações. Diante destas dificuldades, alguns questionamentos nortearam esta pesquisa, tais como: Por que os moradores resistem em deixar o lugar onde vivem? Por que algumas famílias, mesmo após serem reassentadas em loteamentos planejados, retornam ao local onde viviam? Qual é o grau de afetividade que essas pessoas têm pela terra? E por último, as políticas habitacionais não estariam relocando as favelas? Estas questões se constituíram no cerne desta pesquisa, pois despertaram a curiosidade de se compreender o processo de percepção e apropriação do espaço por estes indivíduos, contrapondo a visão do espaço vivido, sentido, do mundo percebido pelos moradores da favela, com o espaço concebido da cidade legal.

Dentro deste contexto, este trabalho tem por objetivo colocar em evidência a importância dos estudos teóricos da Geografia Humanística, em sua vertente fenomenológica, enfatizando os estudos de significados, valores e o conceito de mundo vivido, embasando assim, o mundo da experiência. Neste sentido, espera-se que este trabalho seja uma contribuição para o desenvolvimento de pesquisas na linha da Geografia Humanística, bem como instigue os planejadores urbanos a buscar novos caminhos para o olhar urbano e ver o homem como parte integrante do meio ambiente, cujos valores culturais, sociais e afetivos pelo lugar, devem ser considerados nos processos de intervenção urbana, principalmente, no caso de comunidades marginais.

O PROBLEMA

As favelas têm sido umas das principais preocupações do poder público, principalmente, aquelas que devido ao tempo de existência se consolidaram no local. Uma das maiores dificuldades encontradas é a intervenção urbana que consiste na urbanização e/ou na regularização fundiária dessas áreas. Transformar uma favela, que é um espaço informal, em um bairro, promovendo sua integração com a cidade legal, é, para os planejadores urbanos, resultado da aplicação de leis urbanísticas, que garantam aos indivíduos destas comunidades acesso à cidade. Entretanto, a inserção de elementos

urbanos que circulam na cidade legal não significa a solução ou a resposta às necessidades destas famílias.

Desde o surgimento das primeiras favelas, na década de 1960, em Curitiba, o município adotou uma política de desocupação das áreas, e a partir de 1965 quando foi constituída a Companhia de Habitação Popular de Curitiba, iniciou-se a política de desfavelamento, por meio da transferência de famílias para Núcleos Habitacionais. Contudo, atualmente, verificou-se que alguns conceitos adotados nos primeiros conjuntos, quanto à qualidade do espaço produzido e seus efeitos sobre os moradores, não foram bem aceitos, pois muitas famílias relocadas voltaram para seus locais de origem ou invadiram outras áreas irregulares.

Diante do exposto, verificaram-se índices e parâmetros urbanísticos pouco adequados às ocupações de baixa renda, existindo uma fragmentação da legislação específica nos dispositivos legais, evidenciando a necessidade de uma abordagem interdisciplinar no ordenamento jurídico no que se refere à regularização de áreas de baixa renda, quanto às dimensões jurídicas, urbanística e social (IPEA, 2001). Nota-se com isso, uma deficiência de instrumentos e/ou mecanismos de mobilização e participação dos diversos sujeitos do processo de regularização tanto para a população beneficiária quanto para a sociedade como um todo.

Além dos percalços legais, outro entrave nessa discussão, é a diversidade com que os favelados são tratados, uma vez que as favelas são encaradas por várias instituições especializadas. Tal visão é destacada por Garcias (2000) ao ressaltar que:

[...] para os engenheiros e arquitetos essas ocupações irregulares constituem um atentado à estética urbana; para a polícia, representam uma concentração de marginais; para os psicólogos, a aberração do comportamento; para os sociólogos, os favelados constituem uma camada social marginalizada pela população, os funcionários públicos impressionam-se com o caráter clandestino da favela e o político vê no favelado um excelente tema para suas pregações demagógicas, e finalmente, para alguns economistas, o favelado é um indivíduo à procura da modernização (GARCIAS, 2000, p. 207).

Essa diversidade de pontos de vista não se pode e nem deve ser remetida a uma esfera singular, ou seja, essa heterogeneidade deve ser analisada sob várias óticas para que sejam observados todos os processos, sociais, culturais, econômicos e políticos, intervenientes no fenômeno.

FUNDAMENTAÇÃO CONCEITUAL

Ao ampliarmos a esfera do conhecimento, buscamos na Geografia, em sua vertente fenomenológica, o aporte teórico e metodológico para a abordagem do espaço. A interface que a Geografia estabelece com outras áreas de conhecimento como a História, Sociologia, Antropologia, Psicanálise, Psicologia, Urbanismo, Linguagem, entre outras, subsidia-nos às novas interpretações culturais, reunindo valores e significações de cada grupo. Muitos desses estudos não são considerados como científicos por diferirem em termos metodológicos, pois estas análises vão além dos domínios do racional, atingindo as significações, do simbólico. Assim, a fenomenologia ao reaproximar as ciências de nossas vidas, analisa ações e projetos a partir de experiências, relativas à percepção do mundo e seus objetos. Para chegar à experiência é preciso buscar as essências ou variáveis imaginárias, onde essas essências são significações produzidas, isto é, a percepção, o pensamento, a memória e a imaginação, que propicia a essas significações, a existência de um caráter universal, intersubjetivo e absoluto (TEIXEIRA, 2001, p. 134-137).

Segundo Amorim (1999), a Fenomenologia consolidou-se como uma filosofia aceita universalmente na primeira metade do século XX, mas foi a partir dos anos de 1960 e 1970, que a Fenomenologia conquistou um papel de destaque na Geografia, no que se refere aos estudos dos espaços vividos e valorizados, tornando-se tema fundamental da corrente da geografia humanística. Ao embasar os trabalhos de Geografia procurou levantar as experiências concretas do homem e encontrar nessas experiências uma orientação que não as limitasse a uma simples sucessão, ou seja, propôs-se a analisar as vivências intencionais da consciência para perceber o sentido dos fenômenos, no qual o fenômeno global é o próprio mundo (DARTIGUES, 1973, p. 163).

De acordo com Teixeira (2001), os efeitos desta corrente fenomenologista ocorreram com maior ênfase nos Estados Unidos e Canadá, onde se destacaram os geógrafos, Yi-Fu Tuan, Edward Relph e Leonar Guelke, cujas obras salientaram a importância dos lugares, do mundo vivido, dos significados e representações. Eles buscavam uma concepção de mundo, diversa da cartesiana positivista, relacionando de maneira integral o homem e seu ambiente.

Enrikin (1976) salienta que o uso do termo fenomenológico na perspectiva humanística teve origem em dois artigos na *The Canadian Geographer*, sendo um de E. Relph e outro de Yi-Fu Tuan. Desde então, vários geógrafos sugeriram a aplicação da perspectiva fenomenológica para o estudo da Geografia. Salienta também que a fenomenologia foi o termo mais frequentemente usado pelos geógrafos humanistas ao descrever sua abordagem, e afirma que antes de ser incorporado à geografia humanista,

pouca atenção recebeu na elaboração de seu significado. O autor ainda ressalta que os trabalhos de Relph foram um dos primeiros a apresentar os conceitos de fenomenologia associados à Geografia, buscando uma nova perspectiva para entender a constituição do mundo, onde a fenomenologia apresentava condições ideais para o projeto humanístico, principalmente de forma de resgatar os aspectos esquecidos pela Geografia Tradicional (ENTRIKIN, 1976).

Já a obra de Yi-Fu Tuan (1983) restabelece o contato entre o mundo e as significações, buscando a essência dos conceitos de espaço, homem e experiência, cujo lugar encerra tanto a experiência como as aspirações de um povo. Fundamentado em Bachelard, propõe um estudo geográfico, “baseado no amor do homem pela natureza e cria o conceito de Topofília, que define como ‘o elo afetivo existente entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico’ e Topofobia, correspondendo ao oposto” (TEIXEIRA, 2001, p. 133-135).

A FENOMENOLOGIA COMO MÉTODO DE ABORDAGEM DO ESPAÇO

Segundo Relph (1979), a fenomenologia é fundamentalmente um método. Este método já teria provado sua riqueza em outros domínios disciplinares e poderia, portanto, revelar-se frutífero para o projeto humanista que revaloriza aspectos esquecidos na geografia tradicional. O autor sublinha dois pontos que já dariam uma nova dimensão aos estudos geográficos na perspectiva fenomenológica. O primeiro de caráter de utilidade de todo fato cultural, sempre inscrito dentro de uma perspectiva prática, ativa, ou ainda, potencial. O segundo ponto é o incontornável caráter antropocêntrico de todo conhecimento, em que uma explicação só é satisfatória na medida em que é fundada sobre a compreensão das intenções e das atitudes humanas. Assim, a fonte legítima do conhecimento é a explicação centrada nas experiências vividas cotidianamente, e contextualizadas a partir dos instrumentos culturais que lhes são relativos (GOMES, 1996, p. 326).

Para se compreender o método fenomenológico Relph (1979) aponta autores como Don Ihde, John Wild e Herbert Spiegelberg, os quais oferecem breves considerações sobre descrições fenomenológicas: Don Hide coloca que “a intenção é descrever, não explicar, fenômenos da experiência imediata e estes incluem literalmente qualquer coisa experimentada, ou seja, lugar, silêncio, existência, contato interpessoal, etc”, destacando que para atingir essa finalidade é necessário excluir as crenças nas explanações e considerações existentes e, igualmente, sobre os nossos próprios preconceitos, e tentar colocar-nos na posição daqueles que estão experienciando o fenômeno. Wild observou que “a habilidade para acompanhar imaginativamente os atos e atitudes dos outros é essencial a toda fase da pesquisa fenomenológica”. Spiegelberg ressalta que isto significa que, não

envolve necessariamente idealismo e a recusa de nossas próprias experiências, “mas leva a um retroceder a elas e examiná-las com o que pode ser considerado semiconsciência não envolvida – uma aproximação que foi especialmente importante para Sartre (1965) e Merleau-Ponty (1962)” (HIDE, 1973; WILD, 1963; SPIELBERG, 1975 *apud* RELPH, 1979).

Assim, o autor ainda ressalta neste processo de perda de significados para objetos, os significados originais do mundo vivido, estão, constantemente, sendo obscurecidos por conceitos científicos e pela adoção de convenções sociais e apesar de vivermos nele, o mundo vivido não é absolutamente óbvio e os seus significados não se apresentam por si mesmos, mas têm de ser descobertos. Ele ressalta que a perspectiva fenomenológica poderia resolver, em razão mesmo de sua aceitação da subjetividade, o problema da dicotomia geográfica entre o homem e a natureza: “o homem e o mundo constituem uma unidade através de suas mútuas implicações, então é a intencionalidade que fornece sentido ao mundo e somente através do exame destas intenções poderemos tentar compreender esta unidade” (GOMES, 1996, p. 327).

Na busca de rever e redefinir as noções mais fundadas sobre o mundo com novas palavras, empreendendo uma verdadeira reforma sobre o entendimento, evidenciamos um homem que não mais se reconhece, convidando-o a pensar-se como enigma. Neste contexto, Merleau Ponty (1999) afirma que “ao mesmo tempo é verdade que o mundo é o que vemos e que, contudo, precisamos aprender a vê-lo”. Sob este ponto de vista, a abordagem fenomenológica, permite-nos uma releitura do espaço.

O AMBIENTE PESQUISADO

Nesta releitura, propomos uma leitura fenomenológica de uma favela em Curitiba, e para tal experiência nos enveredamos pelos becos e ruelas da favela do Parolin. Esta ocupação irregular data de 1960, época em que surgiram as primeiras famílias vindas do interior do estado do Paraná. Nesta época, o bairro do Parolin era uma área isolada, de puro mato, e rapidamente tornou-se alvo de ocupação. O adensamento gradativo consolidou essa favela, que se localiza ao longo do rio Vila Guairá e se estende por áreas públicas, particulares e de fundo de vale. Essa favela é considerada uma das maiores e mais antigas áreas de ocupação espontânea da cidade de Curitiba (BOLETIM PMC, 1997, p. 85).

A favela Parolin é o contra censo de Curitiba, cujo planejamento urbano é reconhecido internacionalmente, pois, sua proximidade com o centro, apenas 4 km, contrasta com a região que é privilegiada e de alta especulação imobiliária. Sua população de quase 5.000 habitantes (IBGE 2000) mostra-se resistente a relocação, dificultando as propostas de intervenção por parte do poder público, tornando-se um grande desafio aos

planejadores urbanos encontrar soluções para ela. Em meados dos anos de 1960 a Companhia de Habitação Popular de Curitiba deu início a um projeto de erradicação das 22 favelas existentes em Curitiba, com a construção do conjunto habitacional Vila Nossa Senhora da Luz dos Pinhais. Para lá foram removidas muitas das 507 pessoas que moravam no Parolin, em 124 casas. Entretanto, a distância do centro e a dificuldade de adaptação ao novo espaço, fizeram com que muitos abandonassem a Vila Nossa Senhora da Luz e retornassem ao Parolin. Em 1979, houve uma forte interferência na favela do Parolin, com a retomada de muitos imóveis ocupados. Ameaçados por tratores dos donos de terra, os moradores se viram forçados a desmontar seus barracos, reinstalando-os em outros locais. Eles foram aconselhados a ocupar a faixa de seis metros, junto ao rio, chamado "Valetão" (BOLETIM PMC, 1997, p. 86). A favela Parolin representa para o poder público uma das maiores e mais preocupantes favelas da capital paranaense.

Ao iniciarmos o trabalho de campo encontramos alguns obstáculos que vão desde a dificuldade de transitar em segurança dentro da favela, ao descrédito dos próprios moradores. Fatos estes que obstruem o processo de investigação de uma realidade, mas que ao mesmo tempo, mostram outra realidade. Estas interferências mostram um mundo vivido que é de extrema importância para este trabalho. Verificou-se durante as visitas que além dos riscos enfrentados pela pesquisadora ao deparar-se com a marginalidade, o desinteresse dos moradores em participar da pesquisa era evidente. Foi necessária uma aproximação gradativa para conquistar a confiança deles, dessa maneira, obtivemos mais êxito nas entrevistas como os moradores da favela.

O descrédito depositado nos pesquisadores é compreensível visto que não há resultados imediatos, entretanto a descrença que o cenário pode vir a mudar esta no semblante dos moradores. Era de se esperar esta atitude diante de quase meio século de descaso do poder público. Em época de eleição, as promessas feitas animam os indivíduos da favela, alguns problemas imediatos são atendidos, como a fome, mas que não proporcionam a melhoria de vida. Assim, é natural que não creiam que uma pesquisa sane o problema maior deles que é a moradia.

Além desses obstáculos físicos, deparamos com as barreiras emocionais, ou seja, os sentimentos e vontades são dominados pelo medo e a insegurança. A lei do silêncio é a segurança das famílias. Necessitou-se, então, desenvolver uma amizade entre eles, uma família era visitada várias vezes, e a cada visita um pouco do lugar era falado. A hesitação em desenhar era defendida pela falta de instrução, mas ao esclarecer que não havia regras ou normas, que a representação era livre de conceitos, esforçavam-se em esboçar os seus pensamentos. Em alguns casos, uma entrevista tomava uma tarde, em outras, duas ou três, tardes. O período da tarde foi considerado o menos inseguro, desde

que não avançasse o entardecer, essas medidas eram tomadas por conselho dos próprios moradores.

A PESQUISA

A pesquisa empírica foi desenvolvida num período de dois meses e foi organizada em duas partes. A primeira através de questionário e a segunda solicitando a elaboração de mapas mentais. O questionário foi composto por cinco partes básicas: identificação, a relação com o lugar, avaliação e julgamento do lugar, a descrição do cotidiano e por último, relatos de quando chegaram ao local e de como era o lugar. A segunda parte solicitava a elaboração de mapas mentais.

O universo de análise foi de 40 indivíduos de diferentes faixas etárias, gênero e situação sócio-econômica, distribuídos em dois grupos: moradores e não moradores da favela. O grupo **morador da favela** caracterizou-se por indivíduos idosos e por aqueles nascidos na favela; composto por crianças, jovens e adultos, abrangendo um universo de 20 indivíduos. O grupo **não morador** foi composto por 10 indivíduos, cuja principal característica foi a proximidade com a favela, cujas casas fazem divisa com os limites da favela e diferenciam-se pela legalidade do lote. Tal fato corresponde à importância do resgate com o passado.

Durante a realização do trabalho em campo, algumas peculiaridades são interessantes ressaltar, pois foram diversas as reações das pessoas ao serem abordadas: os mais receptivos foram os não moradores, cuja faixa etária, curiosamente, estava entre 41 e 72 anos, em geral casais idosos, morando sozinhos. Os filhos mudaram-se para longe do bairro, alguns para outras cidades do interior, traumatizados com atos de violência gerados pela favela. O mais interessante são aqueles que têm filhos, ainda na fase escolar, preferirem mandá-los para outras cidades, na casa de parentes, garantindo assim a educação e o bem-estar. As entrevistas tiveram início no interior das casas, como medida de segurança, pois na rua os tiroteios, inclusive os assaltos à mão armada, não têm hora para acontecer. Os entrevistados responderam prontamente o questionário, entretanto, hesitaram em desenhar. Segundo Teixeira (2001, p. 43) “o medo de errar é reflexo traumático do Sistema de Avaliação, ainda vigente como forma de classificação e punição na maioria das instituições de ensino, produzindo bloqueios muitas vezes insuperáveis”. A hesitação mostra o reflexo que carregam desde a época escolar, mas percebeu-se que na visão deles a relação em saber desenhar está no grau de estudo, ou seja, quanto mais escolaridade a pessoa tem, melhor ela sabe representar. Isto se contradiz quando

percebemos numa moradora da favela com pouco grau de instrução, noções de representação de espaço e de figuras humanas.

O fato mais impactante durante as entrevistas aos adultos foi relacionada à representação do mapa mental. Nesta hora, muitas desculpas e argumentos foram dados; diziam que desenhar era mais fácil para as crianças, que era preciso aptidões e estudo para elaborar um bom desenho.

DESCOBRINDO OS ELEMENTOS URBANOS POR MEIO DA REPRESENTAÇÃO DO MUNDO VIVIDO

Apesar dos percalços mencionados, foi possível realizar a pesquisa de acordo com os objetivos propostos. A utilização de mapas mentais como instrumento de pesquisa, foi de fundamental importância, tendo em vista, a diversificação de elementos que os mesmos proporcionaram como, a percepção e apropriação do lugar e seus significados, valores socioculturais e construções sógnicas, constituindo-se no referencial para as reflexões e abordagens propostas.

Ao iniciarmos este estudo, buscamos interiorizar no espaço particularmente vivido, sentido, percebido, em locais marginalizados, como a favela. Entendendo que a cidade é como “a imagem de um mundo vivido, mas essa idéia se completaria dizendo-se que a cidade é também o contrário: o mundo vivido de uma imagem que lenta e coletivamente vai sendo construída e volta a construir-se, incessantemente” (SILVA, 2001).

Sendo assim, a cidade é um lugar de acontecimentos culturais e cenários de vivências, onde o homem é o sujeito. As transformações no espaço ocorrem diariamente, surgem locais de referência, que se transformam em pontos de referência à medida que se tornam espaços de identificação e expressão urbana. Dessa forma, o urbano da cidade se constrói. Cada cidade tem seu próprio estilo, cada bairro tem suas próprias características, cada vila tem sua identidade, assim como, cada favela é diferente da outra. Essa diferença deve-se a um complexo conjunto de características, sejam, ambientais, sociais, culturais, espaciais e locacionais. São essas características do lugar que levam os indivíduos a terem imagens diferentes de moradores de outras favelas, bem como entre si, pois a formação mental de cada um deve-se às relações do meio onde vive e consigo mesmo, e a sua capacidade de abstrair do mundo real o que é visível pra si mesmo.

Neste sentido, percebemos nas representações mentais a imagem que cada entrevistado tem sobre o lugar, baseado em suas experiências e vivências no lugar. Essas imagens do vivido permitiram identificar, a partir dos resultados e das interpretações dos

mapas mentais, alguns elementos urbanos essenciais, relevantes aos processos de intervenção urbana.

Esses elementos urbanos identificados, a que nos referimos, são aqueles de natureza física, por exemplo, as ruas, a casa, o rio, a vegetação, as construções comerciais, a iluminação, o transporte coletivo, as quadras de esporte, etc. e, numa escala maior o traçado das quadras e a proximidade com o centro da cidade. Elementos que destacam a visão de cada indivíduo e o grau de importância dentro do contexto urbano. Mesmo com pouca escolaridade ou conhecimento das leis urbanas, os indivíduos revelam na representação mental, a verdadeira imagem do vivido. Nesta representação, gráfica, o silêncio e o medo dos moradores revelam uma realidade de sonhos e desejos. Percebe-se, então, que as imagens mostram as necessidades dos moradores e a plena consciência do lugar onde moram.

Uma intervenção urbana numa favela, iniciada a partir deste momento, onde os desejos e sonhos dos moradores são conhecidos, elevaria o homem à condição de sujeito neste processo. Contudo, os aspectos físicos e legais são os principais determinantes nas práticas de planejamento urbano. Assim, esta pesquisa busca mostrar a importância do estudo do mundo vivido para se levantar informações sobre um lugar, entretanto, a valorização destas informações se contrapõe às do mundo concebido pela cidade legal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesta experiência, buscou-se olhar o urbano sobre os aportes teóricos e metodológicos da Fenomenologia, de forma a encontrar novas leituras sobre as cidades, neste caso, as comunidades marginais urbanas, e identificar a contribuição desse método para os estudos teóricos do planejamento urbano. Entendemos que o referido estudo é importante como subsídio às práticas de planejamento urbano, como também dentro da Geografia, visto que investiga o mundo vivido e percebido pelos moradores de comunidades marginais que de formas diferenciadas se apropriam do espaço. Novos olhares criam e recriam novas paisagens, invisíveis aos nossos olhos, mas, são reveladas por meio das experiências e vivências dos moradores.

Compreender o processo de percepção e apropriação do espaço nas comunidades marginais urbanas é um desafio para o poder público, tendo em vista os insucessos nas relocações de famílias e nas regularizações fundiárias. Assim, acredita-se que o método fenomenológico complementa e subsidia as práticas de planejamento urbano, pois a abordagem do espaço caracterizada pelas experiências e vivências dos indivíduos permite decodificar e perceber os elementos sógnicos essenciais que, aliados aos

instrumentos legais de intervenções urbanas, proporciona uma melhor compreensão do espaço urbano.

Esta ótica interdisciplinar respaldada busca uma visão mais humanizada do planejamento urbano, tem como sujeito o homem, cujas experiências vivenciais e ações, estão inseridas num contexto social. Essas ações são responsáveis pela construção do mundo vivido por elas e estabelecem a síntese entre os fenômenos cognitivos, afetivos e sociais pelo lugar. Esta associação de fenômenos permite-nos a percepção do lugar, como também, auxilia no estabelecimento de subsídios para a intervenção, possibilitando uma melhor ordenação do espaço.

As representações mentais apontaram para o conhecimento espacial dos grupos entrevistados, articulando o real ao imaginário e o cotidiano à fantasia, revelando uma visão de mundo particularizada.

Como a fenomenologia nos possibilita restabelecer o contato entre o mundo e as significações, o conceito de lugar é valorizado, ao ser interpretado enquanto um espaço vivido, lugar encarnado de experiências e de aspirações dos seus ocupantes.

Os caminhos da interdisciplinaridade percorridos nesta pesquisa, integrando os conhecimentos com o propósito de ver o urbano sob um novo olhar, são reflexões e um amadurecimento dos próprios conceitos.

REFERÊNCIAS

- AMORIM FILHO, Oswaldo Bueno. A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia. **Sociedade & Natureza**, Uberlândia, v. 11, n. 21, p. 67-87, jan. /dez. 1999.
- BOLETIM [da] PMC. Curitiba: PMC, 1997.
- DARTIGUES, André. **O que é a fenomenologia?** Rio de Janeiro: Eldorado, 1973.
- ENTRIKIN, J. Nicholas. Contemporary Humanism in Geography. **Boletim Geografia Teorética**, Rio Claro, v. 10, n. 19, p. 5-30, 1980.
- GARCIAS, Carlos Mello. A palavra é: favela. **Lócus**, Curitiba, n. 4, p. 206-213, setembro 2000.
- GOMES, Paulo César da Costa. **Geografia e Modernidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- IBGE, **Censo demográfico 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. v. 8, CD-ROM.
- IPEA, **Instrumentos de planejamento e gestão urbana**. Brasília: IPEA, 2001.
- TEIXEIRA, S. K. **Imagens e Linguagens do Geográfico: Curitiba Capital Ecológica**. 2001. 310 p. Tese (Doutorado em Geografia Física) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.
- MERLEAU-PONTY, Maurice. **Fenomenologia da Percepção**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

RELPH, Edward. As bases fenomenológicas da geografia. **Boletim Geografia**, Rio Claro, v. 4, n. 7, p. 1-25, abril 1979.

SILVA, Armando. **Imaginários urbanos**. São Paulo: Perspectiva, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar: a perspectiva da experiência**. São Paulo: DIFEL, 1983.